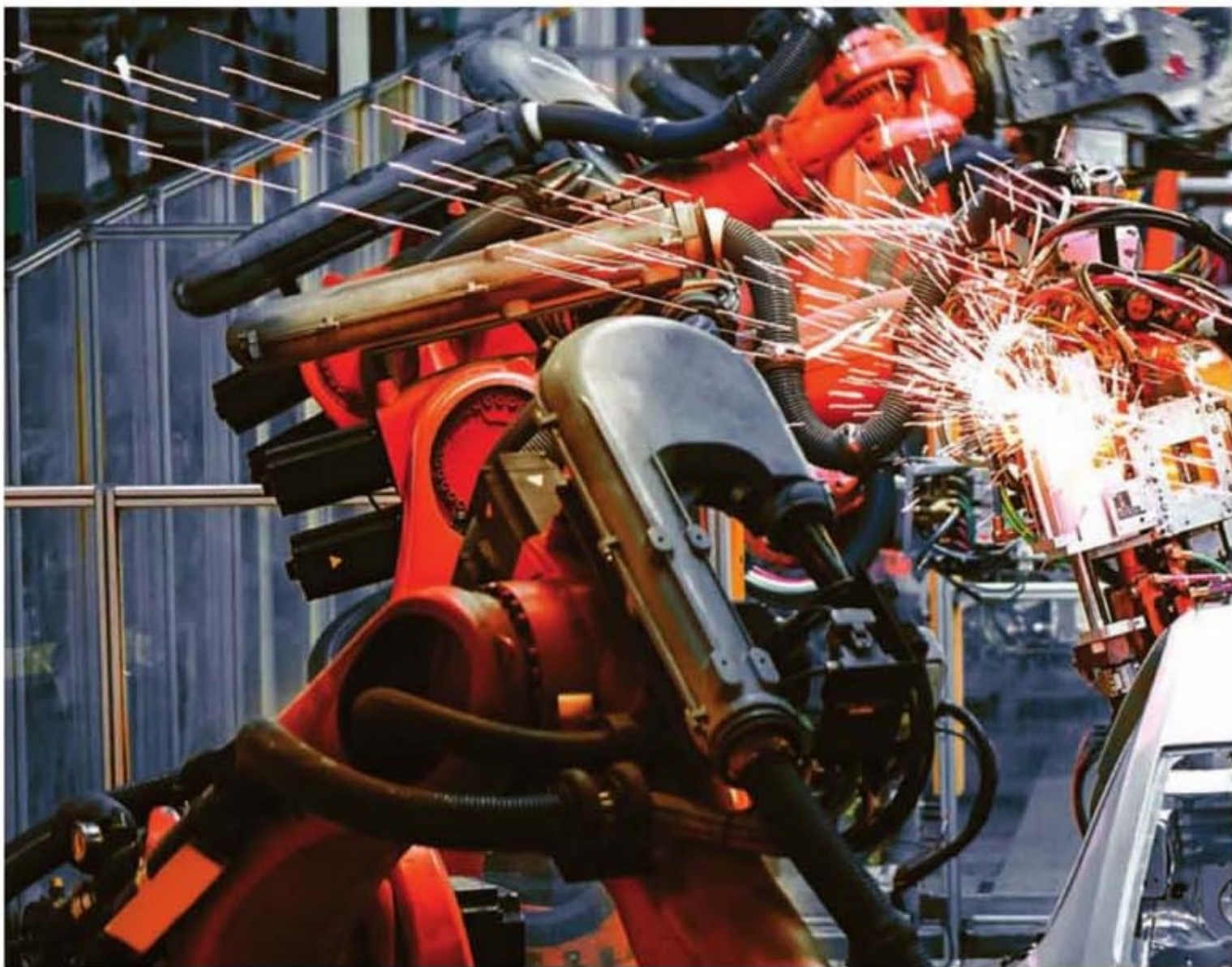


ECONOMIA

INVESTIDA DO GOVERNO EM ALAVANCAR ACORDOS COMERCIAIS MUNDO AFORA EXIGE CAUTELA E, SE NÃO FOR DOSADA, PODE RESULTAR EM DANOS PERMANENTES AO SETOR PRODUTIVO

Jaqueline MENDES



# SINAL AMARELO NA

Que o Brasil precisa expandir suas relações comerciais mundo afora – deixando de ser responsável por apenas 1,2% do comércio internacional, na 27ª posição no ranking global – todos hão de concordar. O que ainda está longe de ser uma unanimidade é a forma com a qual o País negociou seus acordos bilaterais ou em bloco nos últimos anos. Por parte da indústria, a percepção que predomina é a de que os afagos diplomáticos com redução de tarifas em diversos setores, entre eles a mais recente isenção de todos os impostos e taxas para o etanol de milho dos Estados Unidos e a ausência de instrumentos de defesa comercial no acordo de livre-comércio (por ora deixado no congelador) entre o Mercosul-União Europeia (UE), colocam em risco a capacidade de competição do setor produtivo brasileiro.

Um estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entregue ao governo brasileiro na quarta-feira (18), concluiu que o setor privado colocou muita atenção sobre redução de

tarifas e bem menos nos instrumentos de defesa comercial, como medidas antidumping, antissubsídio, salvaguarda.

De acordo com Thomaz Zanotto, coautor do estudo e diretor do Departamento de Relacionais Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp, as futuras negociações de acordos preferenciais de comércio precisam levar em conta, com mais cautela, práticas consideradas desleais. “Desde 2003, quando lançamos a Agenda de Interação Externa, somos favoráveis às aberturas comerciais, mas as negociações precisam ser pragmáticas e não levar em conta questões ideológicas”, disse. Segundo ele, o Brasil tem adotado tarifas de importação muito baixas e

negligenciado instrumentos de defesa comercial, situações prejudiciais ao setor produtivo. “Os mais prejudicados são segmentos como celulose, metalurgia e alumínio”, afirmou. O estudo revela que dos 26 acordos dos quais o Brasil faz parte atualmente, “há espaço para aprimoramento da prática brasileiras nas futuras negociações”, em relação a questões de defesa comercial.

No caso do acordo Mercosul-UE, a entidade industrial afirma ter ficado de fora a exclusão recíproca na aplicação de salvaguardas globais. Além disso, não foi determinada nas negociações a consulta prévia entre os dois blocos à abertura de investigações de dumping ou de subsídios contra

## INDÚSTRIA REAGINDO

Em outubro, empresários conseguiram elevar o número de funcionários e melhorar a situação do estoque, indicando retomada no setor após a crise







# INDÚSTRIA

importações de produtos originários do bloco. “Assim como não há compromisso de notificação sobre aplicação de medidas contra terceiros países que não fazem parte do acordo”, disse Zanotto. A Fiesp defende que, em futuras negociações, o governo coloque luz a aspectos de transparência nas investigações contra práticas desleais e proibição expressa, mecanismos emergenciais para frear a entrada de um produto para se preservar o uso proporcional dessa medida.

Tais ponderações acontecem num momento em que a indústria tenta se reerguer. Em outubro, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os empresários do setor apresentaram aumento do emprego, redução dos estoques e avanço da atividade, em um movimento acima do comum para o mês. No período, o Uso da Capacidade Instalada média no chão de fábrica ficou em 74%.

**PARCEIROS, MAS...** Entre 1995 e 2019, 38,5% das investigações iniciadas no Brasil (160 de um total de 418) e 36% das medidas antidumping aplicadas contra comércio considerado desleal (95 de 266) tiveram como alvo as exportações de

parceiros com os quais o Brasil tem acordo comercial. Por outro lado, 73% das investigações de dumping (116 de 159) e 74% das medidas aplicadas (82 de 111) contra as exportações originárias do Brasil foram notificadas por parceiros com os quais o País o possui acordo comercial.

Os que mais investigaram o Brasil foram Argentina (65), Índia (10) e Sacu, a união aduaneira liderada pela África do Sul (10). Os que mais aplicaram sobretaxas contra as exportações brasileiras foram Argentina (45), Índia (11) e México (10). Quanto a medidas anti-subsídios, o Brasil abriu 12 investigações, sendo oito delas (67%) contra parceiros de acordo comercial. Em contrapartida, só uma das 12 investigações iniciadas contra o Brasil partiu de parceiro preferencial. Para o advogado tributário Gustavo Frias Magalhães, consultor aduaneiro com escritório em Xangai, num mundo pós-Covid é possível que as barreiras protecionistas aumentem e que os países tentem proteger mais as suas indústrias. “O mundo não é mais o mesmo. E os acordos também não serão”, disse. Na avaliação dele, além da maior proteção industrial, os cuidados sanitários serão alvo de judicialização. “Quando a pandemia entra pela janela, os amigos saem pela porta”, afirmou. **S**

## NEGÓCIOS À PARTE

Países com maior número de investigações de antidumping iniciadas pelo Brasil entre 1995 e 2019

ÍNDIA	20
ALEMANHA	17
MÉXICO	14
ARGENTINA	12

### DESTAQUE:



das medidas antidumping instituídas no período foram com países com os quais o Brasil possui acordo comercial

Fonte: OMC